

ANEXO II – PROPOSTA
(Conforme Anexo II do Convite)

Juan José Muñoz Rueda, B.I. Nº 37375293–V, domiciliado na Ribera del Loira, 60 – 28042 Madrid, na qualidade de Representante legal de Endesa Energia Sa – Sucursal Portugal, com o NIF nº 980245974, com Sede Social em Quinta da Fonte, Edifício D. Manuel I – Piso 0 – Ala B, 2770-203 Paço de Arcos, Oeiras depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do procedimento 053_AJD_SA_16 - Fornecimento de energia eléctrica em Baixa Tensão Especial para a Estação Elevatória dos Governos, do Município de Pombal, ao abrigo do Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental da ANCP, obriga-se a executar o fornecimento e a cumpri-lo integralmente para o Lote 3 – Baixa Tensão Especial (BTE), em conformidade com o Caderno de Encargos e pelo preço composto pelas seguintes parcelas para a componente de Energia Ativa:

Lote 3 – Baixa Tensão Especial (BTE):

Ciclo horário de faturação - Diário

Local de consumo com o Código de Ponto de Entrega: PT0002000121737633FQ – Estação Elevatória dos Governos

	Descrição	Preço proposto
Energia ativa [€/kWh]	Horas ponta	0,0789
	Horas cheias	0,0721
	Horas vazio	0,0645
	Horas super vazio	0,0565

Nota: Os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes.

Preço Global proposto para o Lote 3 – Baixa Tensão Especial (BTE) é de: € 38.824,53 (trinta e oito mil, oitocentos e vinte e quatro euros e cinquenta e tres centimos de euro, que não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Nota: Os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Sobre aqueles preços acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em

vigor. O prazo de entrega dos bens a concurso é de 15 dias, após comunicação do

Município.



Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Porto, 18 de Agosto de 2016